

CAPÍTULO 11

POLÍTICA SIMBÓLICA, MEGAEVENTOS E URBANISMO



EDUARDO BRITO-HENRIQUES

A relação entre megaeventos e produção do espaço urbano tem sido objeto de abundante estudo e reflexão na Geografia e áreas afins ao longo das últimas duas décadas. A maioria dessa literatura, porém, surge enformada por uma perspectiva bastante materialista e economicista, onde essas ditas relações tendem a ser vistas apenas à luz do processo de acumulação de capital. As preocupações fundamentais dos trabalhos produzidos sobre este tema têm residido em procurar avaliar o real efeito dos megaeventos na economia, na regeneração urbana e na competitividade das cidades, olhando para critérios pretensamente objetivos como os efeitos multiplicadores dos investimentos, as receitas arrecadadas, a criação de emprego e o aumento da procura de turistas, ou então, para os que adotam uma perspectiva mais crítica, perceber os impactos dos megaeventos na produção de novas desigualdades e na segregação socioespacial (KANG E PERDUE, 1994; ESSEX E CHALKLEY, 1998; WAITT, 1999; MARAGALL, 1999; JONES, 2001; GELAN, 2003; RICHARDS E WILSON, 2004; BROUDEHOUX, 2007; YUEN, 2008).

Em todos estes trabalhos, quer adotem uma posição mais apologética ou mais crítica, tem sido norma entender o crescendo da importância dos megaeventos na produção do espaço urbano como uma inerência da transição para a cidade pós-industrial e pós-fordista. O quadro teórico de referência destes estudos é a ideia de que o desenvolvimento recente do capitalismo se traduziu espacialmente numa série de transformações nas cidades e no modelo de urbanização, que se tornaram sobretudo óbvias nos últimos trinta anos (v., por exemplo, HARVEY, 1987; SOJA, 2000; GRAHAM E MARVIN, 2001; HACKWORTH, 2007). De acordo com esta perspectiva, para além da globalização, seriam características deste estágio tardio do capitalismo tendências como a transição em larga escala do emprego da indústria para os serviços, a intensificação tecnológica, a flexibilização dos mercados e do processo de produção, a precarização do emprego, e ainda a primazia do privado e o neoliberalismo.

Em termos espaciais, tem sido dito que este estágio tardio do capitalismo se refletiu na cidade em coisas como o agravamento da polarização social e a fragmentação do espaço urbano (BARATA SALGUEIRO, 1998), ou a crescente competição pela atração de capitais, investidores, empresas e profissionais, de que, por sua vez, resultou como corolário que passasse a haver uma focalização muito maior das políticas no marketing urbano e que

emergisse uma nova cultura de urbanismo e de governança urbana *market-oriented* e dominada pelas ideias da flexibilidade e da negociação, cujo epítome foi a invenção do planeamento estratégico (VAINER, 2009). Outras consequências foram o crescimento da economia simbólica das cidades (ZUKIN, 1997), o que na prática significa que a produção e o consumo de signos se tornam no seu grande negócio, e que o próprio espaço urbano passa a ser produzido como signo para consumo, e a afirmação da cidade-fantasia (HANNIGAN, 1998), ou seja, a consagração do consumo, da imagem e da festa como ingredientes fundamentais da vida urbana. Não surpreende, portanto que a aposta nos megaeventos, que direta ou indiretamente tem que ver com tudo isto, tenha sido vista, na maioria desses trabalhos, como uma dimensão da reestruturação urbana que acompanhou a transição para este estágio tardio do capitalismo.

Neste artigo, não se descarta que essas relações existem e que tudo isso pesa para que os megaeventos tenham hoje tamanha importância na produção do espaço urbano. Porém, o seu objetivo é convocar para o debate outras dimensões normalmente menos relevadas nos estudos sobre este tema, mas que se consideram não menos cruciais. Pretende-se chamar a atenção, nomeadamente, para a relevância que as questões políticas e simbólicas também possuem. Recorrendo a um exemplo sobre o qual passaram já mais de cinquenta anos – os Jogos Olímpicos de Roma de 1960 – discute-se como poder, megaeventos e urbanismo se interrelacionam. A tese que se pretende defender é a de que os megaeventos, muito embora participem das lógicas da urbanização neoliberal, cumprem igualmente finalidades políticas de outra natureza, constituindo instrumentos de propaganda que produzem e usam o espaço urbano como recurso de poder.

Aprofundando o debate sobre megaeventos, discurso e política

Talvez a teoria da reestruturação urbana bastasse como explicação para os megaeventos se estes tivessem sido uma invenção do capitalismo tardio, ou se apenas na cidade pós-industrial e pós-fordista do final do século XX a sua importância se tivesse tornado patente. A realidade, porém, não é essa. Os megaeventos estão intensamente implicados na produção do espaço urbano das grandes metrópoles europeias e norte-americanas desde meados do século XIX (v. CANOGAR, 1992; ROCHE, 2000). Alguns dos espaços públicos e dos objetos monumentais mais significantes que o urbanismo moderno

produziu em cidades como Paris, Chicago, Barcelona ou Montreal são heranças que esses acontecimentos deixaram gravadas no espaço.

Evidências como estas sugerem que os megaeventos talvez não possam ser vistos apenas à luz dessa relação com o neoliberalismo hegemónico, a globalização, e a transição para a urbanidade pós-industrial. Roche (2000) considera que a invenção dos megaeventos no século XIX se destinou a permitir que elites e massas pudessem viver em conjunto experiências portadoras de significado, capazes, por um lado, de proporcionar um sentido de pertença comum e de unidade na diversidade, e, por outro lado, de as ajudar a enfrentar a compressão do tempo e do espaço e a extrema instabilidade da paisagem tecnocultural da Modernidade, com a sua sucessão de permanentes inovações, inscrevendo essas realidades novas num discurso lógico e coerente. Os megaeventos seriam em suma, desta perspetiva, instituições modernas vinculadas à produção de significados e à criação de consensos sociais, com vista a coordenar e mobilizar as vontades individuais para projetos globais.

Em Estados totalitários não é difícil perceber essa função de socialização e endoutrinação desempenhada pelos megaeventos. As Olimpíadas de Berlim de 1936 foram assumidamente um instrumento da máquina de propaganda do nazismo (v. LARGE, 2007), tal como as Olimpíadas de Moscovo de 1980 serviram a propaganda do brejnevismo (v. HILL, 1992). Em contextos democráticos, pode ser mais difícil detetar que intencionalidades políticas subjazem aos megaeventos, mas isso não significa que não haja também questões intangíveis de política simbólica neles envolvidas.

De facto, as avaliações *ex-post* mostram que os lucros e benefícios económicos dos megaeventos costumam ficar muito aquém das projeções e estimativas inicialmente apresentadas (BLACK, 2007). Poderá isso justificar-se em alguns casos por um excesso de otimismo ou falta de capacidade técnica para a realização de previsões, mas alguns autores defendem que o desencontro se deve ao facto dos argumentos económicos servirem como pretexto para realizações que cumprem na verdade outras finalidades (BLACK, 2007; DOWSE, 2011). Essas previsões podem ser vistas, portanto, como mera retórica para justificar realizações que são elas mesmas também em parte retóricas, no sentido de que se encontram ao serviço de um discurso. Os megaeventos constroem ou reformulam narrativas sobre os territórios, os Estados e as sociedades que os organizam, e é esse potencial discursivo que as autoridades pretendem mobilizar quando decidem pela organização de um megaevento. Usando a lexicologia de Bourdieu (1979), pode dizer-se que uma fração do

capital económico aplicado na preparação e realização dos megaeventos se converte em signos, ou seja, em capital cultural, que depois vai ser assimilado e interpretado pelas populações.

Uma parte do discurso dos megaeventos destina-se a consumo doméstico, como refere Cornelissen (2004). Visa impressionar e influenciar as opiniões públicas nacionais, pondo a render o capital cultural dos megaeventos em favor do prestígio dos atores políticos responsáveis pela sua realização, e com isso garantir bases de apoio para as suas políticas. Os megaeventos contam sempre histórias de ambição, iniciativa, organização e sucesso, e nesse sentido constituem encórios à capacidade empreendedora de quem os promove e realiza. É por isso fácil que os megaeventos funcionem como instrumentos de mobilização de um suporte societal alargado face a determinadas ideias de Estado que se pretendam firmar.

Há uma outra componente igualmente importante do discurso dos megaeventos que tem em vista, não a política interna, mas a diplomacia e as relações internacionais. Os megaeventos podem ser na verdade, como diz Dowse (2011: 5), “um instrumento adicional do arsenal de política externa do Estado”. Eles servem para transmitir e veicular internacionalmente mensagens sobre os países organizadores, e por isso são especialmente úteis quando se querem assinalar momentos de inflexão política e mudança histórica, ou quando se pretendem reformular narrativas sobre os Estados e passar a ideia de que está em curso algum tipo de reposicionamento na cena internacional (BLACK, 2007). Manheim (1990), por exemplo, descreveu os Jogos Olímpicos de Seul de 1988 como um “rito de passagem” destinado a assinalar a chegada da Coreia do Sul ao grupo dos países ocidentais desenvolvidos.

O caso das XVII Olimpíadas de Verão em Roma

Os Jogos Olímpicos de Roma de 1960 são um caso em que muito elucidativamente se podem identificar evidências dessa relação estreita entre megaeventos, política simbólica e urbanismo. Olhando para os antecedentes e para o contexto histórico concreto em que essas XVII Olimpíadas da Era Moderna começam a ser preparadas, não é difícil perceber as razões que podem ter estado na base da decisão de organizar esse evento.

A organização dos Jogos começou a ser preparada sensivelmente uma década antes da sua realização. A candidatura é oficialmente apresentada ao Comité Olímpico Internacional (COI) pelas autoridades italianas em 1951, mas a ideia em si começa a ser discutida em Itália logo tão cedo quanto em 1949, ou seja, praticamente no rescaldo imediato da Segunda Guerra Mundial, num momento crucial em que o país se está a refundar.

Querendo resumir-se o que era a Itália nesse final dos anos 40, talvez o mais adequado seja falar de um país em profunda reconstrução económica, política e até 'espiritual'. As promessas do Vinténio fascista, que nas duas décadas anteriores haviam mergulhado a Itália em delírios de reformismo e grandeza, tinham fracassado. Esse passado fascista era agora uma mácula na reputação externa da nação. A participação na Guerra deixara o país exaurido e devastado e a derrota das Potências do Eixo, que a Itália integrara, tivera como consequência a humilhação de ver parte do seu território amputado e parcialmente ocupado por forças britânicas, americanas e jugoslavas.

Entre 1945 e 1948, a Itália vive anos de grande incerteza e tensão. A coesão interna do país está em risco. A república é instaurada em 1946 por ligeira maioria num referendo em que o eleitorado praticamente se divide ao meio. A sociedade fratura-se entre democratas-cristãos, comunistas e socialistas, que emergem como principais forças políticas num espectro partidário complexo e atomizado que não exclui grupos de extrema-direita desejosos de restaurar o fascismo. Enquanto isso, na Sicília e no Tirol, surgem movimentos separatistas que colocam em causa a integridade do território. Nesses primeiros anos conturbados do pós-guerra chegam a colocar-se dúvidas em alguns momentos sobre se a presença da Itália entre as democracias liberais estaria garantida. A forte influência do partido comunista, cujo programa político à época não descarta a possibilidade de uma tomada violenta do poder, deixa no ar a hipótese de um deslocamento de Itália para a esfera de influência soviética. A esse risco procurarão responder os norte-americanos com a proposta de inclusão da Itália no Plano Marshall e a promessa da chegada de muitos milhões de dólares para a reconstrução do país.

Não é certamente por acaso que a ideia de organizar os Jogos Olímpicos de 1960 surge mal essa indefinição política que caracteriza os primeiros anos do pós-guerra é superada. A vitória retumbante dos democratas-cristãos nas eleições de 1948 vai abrir um novo ciclo político marcado pelo apaziguamento social, a pertença ao *Free World*, e uma orientação muito clara para o crescimento económico e o progresso social, na lógica do

welfare state cujas bases são então lançadas. A organização dessas XVII Olimpíadas de Verão pode ser facilmente explicada à luz da tal função de diplomacia pública a que anteriormente se aludiu, enquanto oportunidade da Itália pós-fascista se apresentar ao mundo como um país diferente, renascido. Por outro lado, internamente, os Jogos Olímpicos vão ser um fator de unidade nacional, ajudando a congregar e mobilizar o coletivo da nação em torno do projeto desenvolvimentista da democracia-cristã.

A preparação dos Jogos Olímpicos coincide temporalmente com os anos do *miracolo economico*, em que a Itália se industrializa e urbaniza massivamente, a economia cresce a taxas anuais superiores a 5%, e o consumo se expande. O êxodo rural traz então para Roma muitos milhares de pessoas. Só entre 1951 e o ano dos Jogos Olímpicos, a população passa de 1,6 milhões de habitantes para mais de dois milhões (INSOLERA, 1971: 192). O tráfego motorizado conhece ao mesmo tempo um *boom* assinalável. Enquanto em outros países europeus, sobretudo do norte da Europa, mais marcados pela social-democracia, a resposta à crescente procura de mobilidade é encontrada na oferta de serviços públicos de transporte coletivo, em Itália fomenta-se o acesso ao transporte motorizado privado, acalentando-se o sonho de cada família vir a dispor do seu próprio veículo. A indústria automóvel italiana especializa-se então na oferta de produtos baratos, como o FIAT 500 e a motocicleta Vespa, o que faz explodir o número de veículos em circulação.

A reforma urbanística que Roma conhece nos anos de preparação para as Olimpíadas tem muito que ver com este ambiente económico e a ideologia que o sustenta. A cidade é objeto de um programa de modernização em que grande destaque é dado aos transportes. A construção do aeroporto de Fiumicino e a abertura da rede de metropolitano são destes anos. Contudo, é no capítulo das infraestruturas rodoviárias que os progressos mais se fazem sentir. Modernas vias rápidas e viadutos suspensos sobre pilotis ajudam a consolidar a imagem de uma Roma renovada e atirada para o futuro. São exemplos desses investimentos o Corso de Francia, novo eixo de entrada na cidade a partir do norte, lançado numa elegante ponte sobre o Tibre, ou o GRA (*Grande Raccordo Anulare*), uma via de circunvalação duplicada para circulação rápida que então passa a abraçar a cidade de norte a sul.

Até às Olimpíadas de Melbourne, em 1956, as vilas olímpicas eram construções temporárias. Melbourne inovou ao construir uma vila olímpica suburbana de casas pré-fabricadas, unifamiliares, que após os Jogos Olímpicos serviram como habitação social para

realojar famílias provenientes de alojamentos precários e bairros degradados. A opção de Roma é ainda mais inovadora. Pela primeira vez na história das Olimpíadas, constrói-se uma vila olímpica com prédios plurifamiliares de betão, tijolo e vidro, de arquitetura moderna e de qualidade. A intenção era a de que, terminados os Jogos, a vila olímpica, construída na continuidade imediata da cidade consolidada e nela integrada por uma boa rede de transportes, se convertesse num novo bairro residencial. O projeto previa que 6500 habitantes pudessem ser acolhidos neste conjunto urbano de prédios baixos, com três a cinco pisos, planeado como uma unidade de vizinhança, com zona comercial, escola e igreja. Esses alojamentos, compostos por apartamentos de dois a quatro quartos, cuja construção ficou a cargo da autoridade pública nacional de habitação, não se destinaram à venda no mercado livre. Foram distribuídos entre os trabalhadores do Estado mediante um pagamento simbólico. Seguiu, portanto um modelo de assistencialismo social que o governo democrata-cristão aplicou em outras situações e que, entre os seus objetivos, também estava o de granjear simpatias e garantir a adesão e fidelidade da massa do funcionalismo público aos valores do regime.

O projeto da vila olímpica foi importante no refazer da imagem da Roma do pós-Guerra. Com a sua arquitetura simples e depurada, a escala bastante humana dos edifícios, uma separação do tráfego que recriava a ideia de rua e permitia uma vida tranquila no interior do bairro, e a zona comercial, com a padaria e o cabeleireiro, os cafés e a geladaria, onde os vizinhos se encontravam e podiam descobrir um sentido renovado de comunidade, torna-se um epítome da proposta urbana da nova Itália democrata-cristã.

Olhando para os locais que serviram de palco às provas dos Jogos Olímpicos, não se pode deixar de encontrar um forte simbolismo na escolha dessas localizações. Os Jogos repartiram-se essencialmente por dois núcleos onde se concentrou a maior parte dos equipamentos e das provas, um a norte, correspondendo à área do Foro Itálico-Flaminio, outro a sul, centrado na EUR, e depois algumas localizações pontuais, dispersas, para provas que normalmente reúnem audiências menos alargadas, como o tiro ou a luta.

É interessante verificar que neste último conjunto de localizações, a opção foi, sempre que possível, utilizar como cenário as ruínas da Roma Antiga e os equipamentos públicos que resistiam desse tempo. A tentativa de colagem da imagem de Roma a essa memória prestigiante da *Caput Mundi* é o que parece estar em jogo, procurando-se afirmar uma capitalidade política que internamente ajuda a consolidar a unidade nacional, e externamente dignifica uma Itália que está empenhada em reabilitar a sua imagem. As

termas de Caracala acolhem as provas de ginástica, que são realizadas ao ar livre sobre um palco montado diante das ruínas dessa majestosa estrutura do início do século III. Algumas provas de atletismo decorrem num pequeno estádio entre as termas de Caracala e o Circo Maximo, onde, na Roma Antiga, se realizavam jogos, combates de gladiadores e corridas de carros. A imponente Basílica de Constantino, o último grande edifício público construído no Foro Romano para a realização de assembleias cívicas e negócios, serviu de cenário às provas de luta livre e greco-romana, que com isso adquiriram uma extraordinária espetacularidade.

Os dois principais núcleos olímpicos, respetivamente a norte e a sul, tinham em comum o facto de se tratarem de grandes projetos de obras públicas emblemáticos do fascismo, um dos quais permanecia inacabado e nunca chegara a cumprir a finalidade para que tinha sido previsto. A escolha destas localizações para palco dos Jogos Olímpicos de 1960 pode em parte explicar-se por razões económicas, nomeadamente a vontade de aproveitar investimentos realizados e que podiam ser postos ao serviço das Olimpíadas. Porém, tem cabimento também uma outra leitura, mais hermenêutica e política: ao optar por intervir nessas estruturas profundamente conotadas com o Vinténio fascista e o seu delírio de grandeza, o novo regime procurava reinterpretar esses legados urbanos, integrá-los num discurso de ‘desfascização’ da Itália, e ao mesmo tempo passar a mensagem de que só a democracia-cristã era capaz de realizar as promessas que o fascismo fora impotente para cumprir.

O Centro Olímpico Sul é desenvolvido no local para onde Mussolini tinha projetado a realização da Exposição Universal de Roma (EUR) de 1942, que deveria celebrar os 20 anos do fascismo, mas que não chegou a realizar-se. A ideia desse evento, que começou por receber a designação de E42, surgiu em 1936. A proposta chegou a ser feita ao Bureau Internacional das Exposições e Mussolini nomeou logo nesse ano uma agência responsável pela organização e construção do projeto, assim como uma equipa de urbanistas encarregues de planear a E42. Em 1937, foi feita a primeira apresentação do projeto aos jornalistas, assumindo-se frontalmente que a E42 tinha não só por objetivo expandir a área urbanizada de Roma, mas também produzir um novo estilo arquitectónico e urbanístico adequado ao século XX, e fazer a propaganda do “corporativismo fascista de modo a que todos os povos o possam compreender, convencer-se e adoptá-lo” (DI MAJO E INSOLERA, 1986, p. 14).

As obras da E42 foram iniciadas em 1937. Milhares de homens, deslocados da província, vieram trabalhar na construção da E42. Ficaram alojados em barracões, longe das suas famílias, no espaço da exposição, que então se situava numa área periférica ainda bastante afastada do centro da cidade.

A história da EUR é a de um projeto megalómano fracassado. A participação da Itália na Segunda Guerra Mundial obriga à interrupção dos trabalhos e ao adiamento da exposição. Nos anos 50, quando se inicia a preparação das XVII Olimpíadas, o espaço da EUR está em estado de grande degradação e abandono. Constitui, para a opinião pública italiana, a evidência acabada do delírio fascista e das suas promessas goradas. Por contraste, a hipótese de dar à EUR um novo sentido e utilidade, e de finalmente de concluir esse projeto, como sucede com a proposta dos Jogos Olímpicos, vai aparecer aos olhos de todos como uma prova da capacidade de realização do novo regime.

O outro principal núcleo olímpico, o chamado Centro Olímpico Norte, centrava-se no Foro Itálico, que, durante o fascismo, foi chamado de Foro Mussolini. Daí estendia-se para sul, em direção à margem esquerda do Tibre, recobrando a área de Tiziano-Flaminio, onde foi edificada a vila olímpica.

O Foro Mussolini, construído entre 1928 e 1938, foi uma peça chave do programa urbanístico pensado pelo Vinténio para Roma. A essência desse programa urbanístico, enunciado logo em 1925 no discurso que o Duce pronuncia no empossamento do primeiro governador de Roma por ele nomeado, consistia basicamente em procurar recuperar para Roma a grandeza, o poder e a glória que a cidade tivera nos tempos áureos do Império Romano, e que agora lhe eram de novo devidos pela sua posição como luminária do fascismo. Tal programa implicava por um lado dignificar a cidade clássica e histórica, e por outro criar a Roma monumental do século XX, com um conjunto de projetos de obras públicas grandiosos, num registo entre o neoclássico e o futurista.

Insolera e Cerdera (2001, p.19) consideram que o Foro Mussolini foi a “obra principal do regime fascista”. Inspirado na tradição dos foros imperiais, o Duce não quis deixar de construir também o seu foro, dedicado ao culto das virtudes viris da coragem, da força e da disciplina, que ele acreditava serem exercitadas pela prática desportiva, ingrediente vital para o ‘apuramento da raça’. O Foro Itálico foi assim concebido como um complexo desportivo, entre cujos equipamentos se destacava o célebre Estádio de

Mármore, onde, nos tempos do fascismo, ocorriam as grandes manifestações públicas e os jogos ritualísticos.

É em torno do Foro Itálico que se desenvolve o Centro Olímpico Norte. O Foro será objeto de obras de expansão e de modernização tendo em vista adaptá-lo aos Jogos Olímpicos. Algumas dessas intervenções revestem tal importância que tornam quase irreconhecíveis as estruturas iniciais. Por outro lado, no âmbito desses trabalhos de preparação das Olimpíadas, constroem-se também novos equipamentos para cuja concepção são chamados a participar os melhores arquitetos e engenheiros. Casos como o do Palacete do Desporto, onde Pier Luigi Nervi projeta uma cúpula de betão armado rendilhado de 60 metros de diâmetro, distinguem-se e surpreendem pela elegância das formas e a novidade das soluções técnicas que incorporam. Tudo isso contribui para ofuscar o legado fascista do Foro Mussolini, que, não chegando a ser demolido, se vê absorvido e diluído no novo Centro Olímpico Norte. Uma demolição não poderia apagar a memória do Foro e teria a grande desvantagem de ser interpretado como um suspeito silenciamento. A opção por diluir e fazer desaparecer o Foro Mussolini no recinto olímpico acabou por ser uma opção bastante mais eficaz para a “desfascização” da imagem de Itália.

Conclusão

Um certo distanciamento histórico em relação aos acontecimentos é normalmente útil para se poder ter uma leitura mais lúcida e desapaixonada dos factos. Foi essa a razão essencial pela qual se foi buscar neste artigo o exemplo de Roma. O objetivo foi mostrar como a organização das Olimpíadas, para além dos hipotéticos benefícios materiais que trouxe à cidade, serviu propósitos políticos, participando por um lado na construção de um discurso de reabilitação externa da Itália, e por outro funcionando como fator de coesão e unidade nacional.

O caso de Roma não é certamente único. Os Jogos Olímpicos de 1960 têm seguramente paralelismos em outros eventos semelhantes mais próximos. Seria importante perceber-se até que ponto nestas iniciativas não estão em jogo propósitos similares. A preparação de um megaevento é um processo complexo, moroso e muito dispendioso, que implica sempre um significativo esforço por parte do Estado, mesmo quando o envolvimento do mercado é grande. Inevitavelmente, tem sempre como contrapartida a decisão de não

realizar outras coisas. Compreender o que verdadeiramente pode estar em jogo nesta opção política parece ser, por isso, fundamental.

Referências Bibliográficas

BARATA SALGUEIRO, T. (1998) Cidade pós-moderna. Espaço fragmentado. **Inforgéo**, 12/13: 225-235.

BLACK, D. (2007) The Symbolic Politics of Sport Mega-Events: 2010 in Comparative Perspective. **Politikon** 34 (3): 261-276.

BOURDIEU, P. (1979) Les trois états du capital culturel. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, 39: 3-6.

BROUDEHOUX, A.-M. (2007) Spectacular Beijing: the conspicuous construction of an Olympic metropolis. **Journal of Urban Affairs**, 29 (4): 383-399.

CANOGAR, D. (1992) **Ciudades Efímeras. Exposiciones Universales: Espectáculo y Tecnología**. Madrid: Julio Ollero Editor.

COCHRANE, A., J. Peck, and A Tickell (1996) Manchester plays games: exploring the local politics of globalisation. **Urban Studies**, 33 (8): 1319–1336.

CORNELISSEN, S. (2004) It's Africa's turn! The narratives and legitimations surrounding the Moroccan and South African bids for the 2006 and 2010 FIFA finals. **Third World Quarterly**, 25 (7): 1293–1309.

DI MAJO, L., e I. INSOLERA (1986) **L'EUR e Roma dagli anni Trenta al Duemila**. Bari: Editori Laterza.

DOWSE, S. (2011) **Power Play: International Politics, Germany, South Africa and the FIFA World Cup**. Occasional Paper nº 82, Johannesburg: South African Institute of International Affairs.

ESSEX, S., E B. CHALKLEY (1998) **Olympic Games: catalyst of urban change**. *Leisure Studies*, 17 (3): 187-206.

GELAN, A. (2003) Local economic impacts: the British Open. **Annals of Tourism Research**, 30 (2): 406-425.

- GRAHAM, S., E S. MARVIN (2001) **Splintering Urbanism: Network Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition**. London: Routledge,.
- HACKWORTH, J. (2007) *The Neoliberal City. Governance, Ideology, and Development in American Urbanism*. Ithaca: Cornell University Press.
- HANNIGAN, J. (1998) **Fantasy City. Pleasure and Profit in the Postmodern Metropolis**. London: Routledge.
- HARVEY, D. (1987) Flexible accumulation through urbanization: reflections on 'post-modernism' in the American city. **Antipode**, 19 (3): 260-286.
- HILL, C. R. (1992) **Olympic Politics**. Manchester: Manchester University Press.
- INSOLERA, I. (1971) *Roma Moderna. Un Secolo di Storia Urbanistica*. Turim: Piccola Biblioteca Einaudi.
- INSOLERA, I., E A. CERDERA (2001) **Roma Fascista nelle Fotografie dell'Istituto Luce**. Roma: Editori Riuniti.
- JONES, C. (2001) Mega-events and host-region impacts: determining the true worth of the 1999 Rugby World Cup. **International Journal of Tourism Research**, 3 (3): 241-251.
- KANG, S. S., E R. PERDUE (1994). Long-term impact of a mega-event on international tourism to the host country: a conceptual model and the case of the 1988 Seoul Olympics. **Journal of International Consumer Marketing**, 6 (3): 205-225.
- LARGE, D. C. (2007) **Nazi Games: The Olympics of 1936**. New York: W. W. Norton & Company.
- MANHEIM, J. (1990) Rites of passage: The 1988 Seoul Olympics as public diplomacy. **The Western Political Quarterly**, 43 (2): 279-295.
- MARAGALL, P. (1999) El evento como estrategia del desarrollo urbano: los Juegos Olímpicos del '92. In P. Maragall (ed.) **Europa Próxima. Europa, Regiones y Ciudades**, Barcelona: Ediciones Universitat de Barcelona, 249-254.
- RICHARDS, G. E J. WILSON (2004) The impact of cultural events on city image: Rotterdam, Cultural Capital of Europe 2001. **Urban Studies**, 41 (10): 1931-1951.
- ROCHE, M. (2000) **Mega-Events and Modernity. Olympics and Expos in the Growth of Global Culture**. Londres: Routledge,.
- SOJA, E. W. (2000) **Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions**. Malden, Mass.: Willey-Blackwell,.

2013

VAINER, C. B. (2009) Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In O. Arantes, E. Maricato e C. B. Vainer (eds.) *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 75-103.

WAITT, G. (1999) Playing games with Sydney: marketing Sydney for the 2000 Olympics. *Urban Studies*, 36 (7): 1055-1077.

YUEN, B. (2008) Sport and urban development in Singapura. *Cities*, 25 (1): 29-36.

ZUKIN, S. (1997) *The Cultures of Cities*. Oxford: Blackwell, 1997.